

A AMAZÔNIA NA ROTA DAS MIGRAÇÕES. O CASO DOS HAITIANOS E OS DESAFIOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

THE AMAZON ON THE MIGRATION ROUTE. THE CASE OF HAITIANS AND CHALLENGES TO PUBLIC POLICIES.

Sidney Antonio da Silva

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Correspondência:

Av. José de Arimateia, 290 – Aleixo
Manaus – AM – Brasil. CEP: 69060-081
E-mail: sidsilva@ufam.edu.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a presença haitiana nas fronteiras Amazônicas e em Manaus, buscando entender as formas pelas quais eles estão sendo inseridos social e culturalmente, apontando a falta de políticas públicas que inclua imigrantes na condição de vulnerabilidade. Na verdade, a falta de políticas sociais voltada para migrantes é um reflexo da política de “acolhida” nas fronteiras físicas, ou seja, elas revelam quem é “desejado” ou não pelos estados nacionais, que gerenciam suas fronteiras de acordo com seus interesses, e não na perspectiva dos direitos dos imigrantes.

Palavras-chave: Fronteiras amazônicas; haitianos; políticas públicas.

Abstract

This article aims to analyze the Haitian presence at Amazon borders and in Manaus, seeks to understand the ways in which they are socially and culturally incorporated pointing to the lack of public policies that address the vulnerability condition of immigrants. In fact, the lack of social policies regarding migrants is a reflection of a border policy that indicates who is "desired" or not by nation states, that manage their borders according to their interests and not from the perspective of migrants' rights.

Keywords: Amazon borders; Haitians; public policies.

¹ Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

A entrada de um significativo número de haitianos e de outras nacionalidades pelas fronteiras amazônicas, a partir de 2010, além de ser um fato novo na região, coloca várias questões à sociedade brasileira, entre elas a falta de uma legislação e política migratórias capazes de dar conta da complexidade das migrações no mundo contemporâneo, já que o perfil e origem dos imigrantes mudou, em relação aos fluxos migratórios do final do século XIX e a primeira metade do século XX. Se naquele período, a imigração era desejável, não apenas pela sua contribuição econômica, fornecendo “braços para a lavoura”, mas também pelas suas implicações étnicas, possibilitando o “embranquecimento” da população brasileira, hoje ela ganha outros significados, pois a presença de novos grupos de imigrantes, diferenciados social e etnicamente, gera reações contrárias à vinda e permanência deles no Brasil, particularmente, da parte de grupos que veem nos imigrantes uma possível ameaça à sua tranquilidade e empregos.

Neste contexto, diverso em suas especificidades e adverso nas suas condições de receptividade, a concentração de grande número de imigrantes nas fronteiras Amazônicas no final de 2011, em Tabatinga (AM) e depois em Brasiléia (AC), em 2013, gerando uma crise humanitária nunca vista nas fronteiras brasileiras, revela, por uma lado, a letargia do governo brasileiro em tomar medidas para minorar o sofrimento de milhares de imigrantes que aguardavam dias e, até meses, pelo protocolo de solicitante de refúgio e, por outro, a falta de políticas públicas voltadas à migrantes em condição de vulnerabilidade.

É a partir desse contexto que pretendemos analisar a presença haitiana nas fronteiras Amazônicas e em Manaus, com o objetivo de entender as formas pelas quais eles estão sendo inseridos social e culturalmente, apontando a falta de políticas públicas que inclua imigrantes na condição de vulnerabilidade que vivem na cidade. Na verdade, essa falta de políticas voltadas para o acolhimento de imigrantes é um reflexo da política de recepção nas fronteiras físicas, como sugere Fassin,² ou seja, elas revelam quem é “desejado” ou não pelos estados nacionais, que gerenciam suas fronteiras de acordo com seus interesses, e não na perspectiva dos direitos dos imigrantes.

Os dados aqui analisados foram colhidos durante o trabalho de campo realizado em Brasiléia (AC), no mês de abril de 2013, e em Manaus em diferentes momentos de 2013 e 2014. Naquela cidade, além dos haitianos, foram entrevistados o responsável pela gestão do alojamento, Sr. Damião, o delegado Sávio da Polícia Federal e outros agentes da Força Tarefa do Governo Federal que estavam em Brasiléia agilizando o processo de documentação dos haitianos. Em Manaus, foram entrevistados brasileiros e haitianos que vivem no Bairro São Geraldo, zona Centro-Sul da cidade, local onde funciona um dos postos de atendimento da Pastoral do Migrante na cidade.

² FASSIN, Didier. Policing Borders, producing boundaries, the governmentality of immigration in dark times. *Annual Review of Anthropology*, v. 40, p. 213-226, 2011.

A fronteira e a experiência da liminaridade

A fronteira, enquanto espaço social, é um lugar de diferentes trocas para os que lá vivem, sejam elas materiais ou simbólicas. Para os que a cruzam com a intenção de se dirigir a outros lugares dentro de algum território nacional, ela pode assumir outros significados, pois é na fronteira física dos estados nacionais que se define o estatuto jurídico daquele que chega, autorizando ou não a sua permanência num determinado território. Nesse sentido, o direito de emigrar nem sempre coincide com o direito de entrar e permanecer como imigrante no país escolhido como “ destino” ou de passagem.

Dados levantados pelo Observatório das migrações de São Paulo/NEPO/ Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA/ Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC), Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR) – pesquisa de campo (2014-2015) – mostram que a fronteira Amazônica, tem sido a principal porta de entrada dos haitianos no Brasil, primeiro por Tabatinga (AM), e depois por Brasileia no Acre. Contudo as opções de entradas também se ampliaram no decorrer dos anos, como mostra a tabela a seguir:

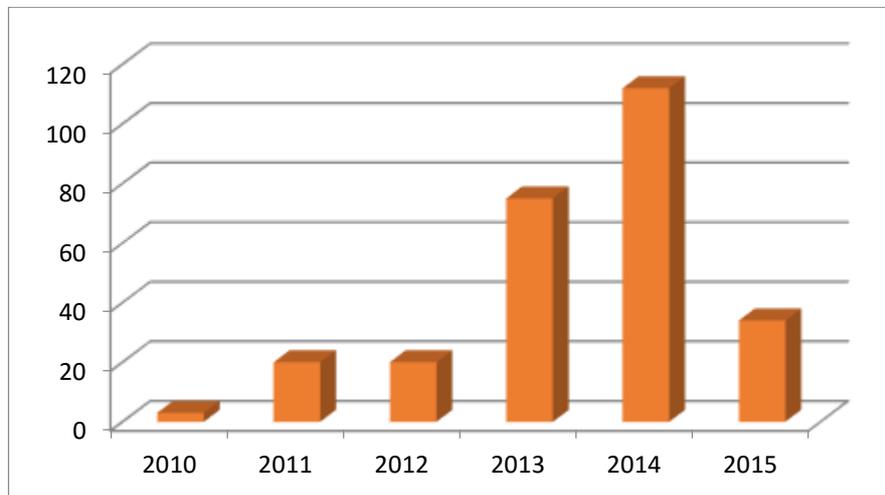
Tabela 1. Migrantes haitianos captados em pesquisa de campo segundo o meio de entrada no Brasil

Meio de entrada	N	%
Avião (direto)	81	29,0
Brasileia	2	,7
Fronteira - Acre	103	36,9
Fronteira - Mato Grosso	1	,4
Fronteira - Rondônia	1	,4
México	1	,4
Ônibus	7	2,5
Porto Alegre	1	,4
Tabatinga	13	4,7
Venezuela	2	,7
Não sabe	44	15,8
Não respondeu	23	8,2
Total	279	100,0

Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

O próximo gráfico mostra que a maior parte dos entrevistados entrou no Brasil em 2013 e 2014:

Gráfico 1. Migrantes haitianos entrevistados em pesquisa de campo segundo ano de chegada ao Brasil



Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

No caso dos haitianos, vale lembrar que a entrada deles pelas fronteiras amazônicas não constitui uma “opção” a mais, já que o normal seria entrar por algum aeroporto brasileiro, como o fizeram 29% dos entrevistados, pois, além de mais seguro é também mais econômico do que fazer um longo percurso, que inclui vários países, entre eles a República Dominicana, o Panamá, o Equador, o Peru e a Bolívia. Por essa via, além dos gastos com a passagem é preciso enfrentar a ganância dos agentes que atuam nas fronteiras do Peru e do Equador, ameaçando os haitianos para tirar-lhes dinheiro e objetos pessoais, inclusive, ameaçando-os com a prisão. Segundo Handerson,³ há uma diferenciação entre agenciador e *raketè* no Haiti, sendo que aquele cobra para organizar a viagem e pode acompanhar o viajante em alguns trechos da mesma, enquanto este último cobra altas somas para organizar a viagem, mas pode não cumprir o prometido, enganando-o. É o que afirmou Julian enquanto esperava a documentação no abrigo em Brasília, em abril de 2013. Ele respondeu à minhas perguntas em espanhol, pois havia vivido vários anos na República Dominicana. Segundo ele, no Peru “la policía les quita la plata, a veces les llevan a la comisaria y les quitan toda la plata, incluso a las mujeres, les dejan sin nada”.

³ HANDERSON, Joseph. *Diaspora*. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana francesa. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

Tal rota acabou se consolidando em razão das dificuldades e da demora para se obter o visto na embaixada brasileira de Porto Príncipe, fato que conflita diante da urgência que milhares de haitianos tem para conseguir um trabalho e enviar recursos para suas famílias. Nesse caso, a rota amazônica e a solicitação da condição de refúgio passaram a ser uma estratégia de entrada, já que do ponto de vista legal o Brasil não pode negar-lhes tal solicitação, uma vez que o país é signatário da convenção de Genebra de 1951. Esta é a única possibilidade legal para o que chegam nas fronteiras brasileiras sem o visto de entrada, já que o Estatuto do Estrangeiro de 1980 não prevê a concessão de visto por “razões humanitárias”. Tal possibilidade é uma proposta do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, que tem a função de resolver os casos omissores na atual legislação. A justificativa para tal concessão é a dramática situação social e política do Haiti, agravada ainda mais com o terremoto de 2010. Trata-se, na verdade, de uma situação de grave e generalizada violação de direitos fundamentais, como o da alimentação, da moradia, da saúde e da educação.⁴ Nessa perspectiva, de acordo com o Estatuto do Refugiado, Lei 9794/09, eles poderiam ser reconhecidos enquanto tal.

Se, do ponto de vista jurídico, o governo brasileiro encontrou uma saída “humanitária”, uma vez que reconhecê-los como refugiados aumentaria a sua responsabilidade para com eles, do ponto de vista social a realidade que os haitianos tiveram que enfrentar nas fronteiras amazônicas se assemelha àquelas dos campos de refugiados, onde grandes contingentes de pessoas convivem com o racionamento de alimentos e água e sem as condições mínimas de higiene e privacidade. Tal situação foi o resultado da falta de uma política do governo federal para agilizar a emissão dos vistos humanitários no Haiti e dos protocolos de solicitante “refúgio” nas fronteiras amazônicas.

Vale notar que, no Estado do Amazonas, a quase totalidade do ônus da acolhida ficou por conta da sociedade civil que, através da Pastoral do Migrante, gerenciou esta questão, seja em Tabatinga ou em Manaus. Já no Acre tivemos o inverso, os governos estadual e municipal assumiram o ônus e o gerenciamento da presença dos haitianos em Brasiléia, cidade próxima à fronteira com a Bolívia. Nessa cidade, em abril de 2013, havia em torno de mil haitianos esperando pelo protocolo de solicitante de refúgio, situação que se agravou em 2014, com a cheia do Rio Madeira, interrompendo a ligação entre as cidades de Rio Branco e Porto Velho.

O tempo de espera em Brasiléia variava de duas semanas a meses, dependendo da lista de espera que havia para ser atendido pela Polícia Federal na vizinha cidade de Epitaciolândia. No final do mês de abril de 2013, o governo federal organizou uma força tarefa para atender os haitianos naquela cidade, envolvendo os Ministérios da Justiça, Trabalho e Saúde. Além dessas medidas governamentais, melhorias foram feitas no alojamento, como a colocação de reservatórios de água para beber e a construção de banheiros com chuveiros na parte externa do alojamento.

⁴ SILVA, Sidney Antonio da. Brazil, a new Eldorado for Immigrants?: The case of Haitians and the Immigration Policy. *Urbanities*, v. 3, n. 2, november, p. 03-18, 2013.

Antes, havia banheiros químicos que exalavam um mau cheiro durante o dia, na medida em que o calor aumentava.

Contudo, os problemas não se limitavam à falta de infraestrutura do local. Outras situações observadas apontavam para a violação de direitos fundamentais, como o direito a um descanso digno e à privacidade, já que homens e mulheres dormiam juntos em colchonetes espalhados pelo chão, sem nada para protegê-los do vento frio da madrugada e da poeira que invadia o local. Além dessas situações de insalubridade, outro momento aviltante era o da alimentação, que era servida ao lado dos banheiros químicos e sem a distribuição de talheres. A solução encontrada pelos haitianos era transformar a tampa do marmitex em uma pequena espátula, para não ter que comer com as próprias mãos. A conjugação desses fatores criava um ambiente propício para o surgimento de resfriados e doenças que afetam o aparelho digestivo e o psíquico das pessoas.

Se, por um lado, a situação limite vivenciada por todos feria a dignidade da pessoa humana, por outro, eles encontravam no universo da cultura uma forma de dar a volta por cima, através de simples atitudes como, se arrumar segundo o costume para participar de um culto evangélico no próprio alojamento, o cuidado com a pele e os cabelos entre as mulheres, que faziam tranças umas nas outras, gesto que podia ser observado também entre os homens, quando alguém cortava o cabelo de um compatriota. Tais atitudes afastavam, ainda que por um momento, a falta de sentido numa situação de liminaridade, cujo sentimento predominante era a incerteza.

Contudo, o que mais os preocupava era a falta de recursos próprios que lhes permitisse seguir viagem para outras cidades brasileiras, onde, na visão deles seria possível encontrar trabalho. Para aqueles que não contavam com recursos próprios, a solução era esperar por algum empregador que viesse contratá-los e bancasse a viagem até a cidade onde a empresa opera. Alguns entrevistados disseram que preferiam ir por conta própria, pois quando a empresa vai buscá-los, a proposta salarial é menor e o contratado assume um compromisso com a contratante, fato que os deixava receosos. Tal como em outro contexto, já estudado por Silva,⁵ a “dádiva” se transforma em dívida, ou seja, em mecanismos de subordinação e exploração.

Com o fechamento do abrigo em Brasileia no mês de abril de 2014 e a sua transferência para Rio Branco, o governo do Acre passou a oferecer transporte gratuito para o que quisessem viajar até a cidade de São Paulo, fato que gerou atritos entre as diferentes instâncias de governo, pois o governo paulista não teria sido avisado sobre a chegada de centenas de imigrantes na cidade e não contava com uma infraestrutura adequada para recebê-los. O fato é que na ausência de políticas públicas para acolhê-los, eles puderam contar com o trabalho humanitário da Pastoral do Migrante da Missão Paz, a qual transformou seus salões em grandes dormitórios coletivos.

⁵ SILVA, Sidney Antonio da. *Costurando Sonhos*. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Ed. Paulinas, 1997.

No caso das mulheres com crianças o tempo de espera no alojamento em Brasileia era ainda maior. É o caso de Oglá de 26 anos, com o ensino fundamental incompleto e estava no alojamento há cinco meses com o seu bebê de um ano. Antes de vir para o Brasil ela morou dois anos no Equador, onde conheceu um haitiano, com quem teve o filho. Sem trabalho, decidiu vir para o Brasil, pois tem uma irmã em Santa Catarina. Seu desejo era encontrá-la, porém, não dispunha de recursos para a viagem. Caso como este se multiplicavam pelo alojamento e quando chegava algum empregador para buscar trabalhadores, havia uma grande movimentação no local. Por algum momento as esperanças se renovavam e aqueles que conseguiam uma proposta de trabalho, rapidamente arrumavam as malas para a viagem. Segundo alguns entrevistados, a vinda destes empresários havia diminuído no mês de abril de 2013 e a escolha dos trabalhadores havia se tornado mais seletiva, fato que os deixava apreensivos, pois todos faziam referências ao compromisso de enviar dinheiro aos familiares que ficaram no Haiti.

Se, por um lado, o contato com o país de origem era possível, na medida em que tivessem dinheiro para recarregar os celulares, por outro, o contato com o contexto local era mínimo. A situação de confinamento já criava uma barreira com a população local que os via como “refugiados” que estavam de passagem. A língua era outra dificuldade, já que a maioria deles fala o *créole* como primeira língua e o francês como segunda. Porém, aqueles que falam espanhol, conseguiam se comunicar melhor. Nesse sentido, havia um notável desconforto com a presença deles na cidade, pois um contingente de mais de mil pessoas mudaria a rotina de uma pequena cidade como Brasília. Seus moradores viram suas praças, parques e a agência do correio, serem ocupadas por estranhos todos os dias. Já para os comerciantes, taxistas e companhias de transportes, a presença dos haitianos é bem-vinda, isto porque, o uso por eles dessa modalidade de transporte, significou um aumento no faturamento das empresas.

Muitos seguiram viagem para o Sudeste e Sul. Outros foram para o Centro-Oeste e até mesmo para o Nordeste. Na Região Norte as cidades que mais concentram haitianos são Porto Velho (RO) e Manaus (AM). Em que pese a pluralidade de motivos para emigrar, nesse caso é o trabalho que os move e cria a possibilidade de inserção nos diferentes lugares para onde migram, lembrando que o local de chegada pode não ser definitivo, mas um pretexto para novas partidas, já que, segundo Gaudemar,⁶ é o capital que coloca em movimento a “força de trabalho”. Contudo, com a chegada de jovens abaixo dos dezoito anos, inclusive, crianças e idosos, a busca por trabalho já não seria única razão explicativa para essa migração, mas também a busca de educação, saúde e novas experiências profissionais e culturais.

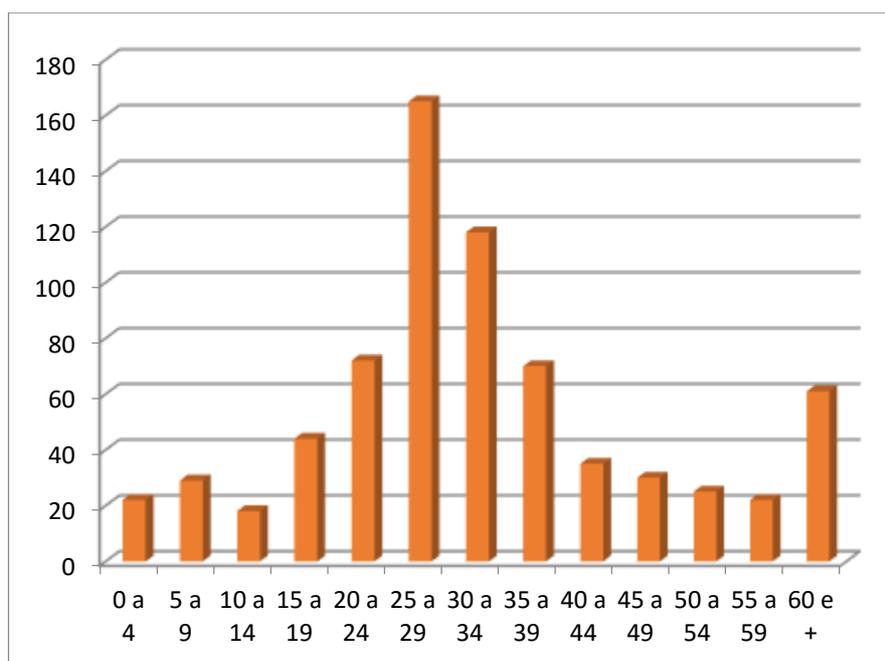
⁶ GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

Haitianos em Manaus: perfil e desafios às Políticas públicas

Dados levantados em 2011 pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA mostram que o perfil dos haitianos em Manaus não difere do já conhecido padrão das migrações laborais, ou seja, eles são em geral jovens, se enquadram numa faixa etária que vai dos 25 aos 35 anos de idade, são na sua maioria do sexo masculino, solteiros e apresentam uma escolaridade média. Parte deles apresenta uma formação de nível técnico e uma minoria tem curso universitário completo.⁷

Outro levantamento de dados, realizado entre 2014 e 2015, pelo Observatório das migrações de São Paulo/NEPO/ Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA/ Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC), Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR), confirma o perfil etário levantado na pesquisa anterior, porém, apontam para algumas mudanças, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2. Haitianos presentes e ausentes captados em pesquisa de campo segundo grupos etários



Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

⁷ SILVA, Sidney Antonio da. Aqui começa o Brasil: haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec/FAPEAM, 2012, p. 309-310. Ver também: FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. de. Relatório do Projeto *Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral*. Organização Internacional para as Migrações – OIM, 2014. Disponível em: <http://www.brasil.iom.int/>. Acesso em: 24 nov. 2015.

Como qualquer outro fluxo de migração laboral, num primeiro momento, temos a presença quase exclusiva de homens, fato que começa a mudar, na medida em que a rede migratória se consolida. Temos, num segundo momento, a presença de mulheres que se denominam solteiras, outras com crianças ou grávidas. A presença de grupos familiares completos também já pode ser encontrada entre eles. Contudo, um dado que chama a atenção é a presença de menores de dezoito anos, inclusive de crianças, fato que denota um crescente processo de reunificação familiar. Outro dado novo é a presença de pessoas com mais de cinquenta anos, fato que pode estar relacionado também com a reunificação familiar.

Do ponto de vista do status conjugal temos uma predominância dos solteiros sobre os casados, embora muitos dos que se declaram solteiros afirmam ter filhos no Haiti.

Tabela 2. Migrantes haitianos captados em pesquisa de campo segundo status conjugal

Status Conjugal	N	%
Solteiro(a)	166	59,5
Casado(a)	90	32,3
Unido(a)	13	4,7
Separado(a)	2	,7
Viúvo(a)	2	,7
Não respondeu	6	2,2
Total	279	100,0

Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Com relação à escolaridade, verifica-se uma grande maioria com mais de 10 anos de estudos, o que equivale ao ensino médio no Brasil.

Tabela 3. Migrantes haitianos captados em pesquisa de campo segundo anos de estudo

Anos de Estudo	N	%
Menos de 1 ano	1	,4
De 1 a 3 anos	6	2,2
De 4 a 7 anos	36	12,9
De 8 a 10 anos	54	19,4
Mais de 10 anos	176	63,1
Não sabe/Não respondeu	6	2,2
Total	279	100,0

Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Já do ponto de visto religioso temos uma prevalência das diferentes denominações protestantes. Contudo vale questionar o considerável número dos que se denominam católicos 35%, talvez para não causar constrangimento ao entrevistador, já que grande parte das entrevistas foram feitas no espaço da Pastoral do Migrante da Igreja Católica. Outro dado que deve ser investigado com maior profundidade é o fato de que num país onde o Vodú é considerado uma tradição cultural, apenas um entrevistado afirmou praticar esta religião, talvez por receio de sofrer algum tipo de preconceito, já que esta prática religiosa no Haiti, como outras relacionadas às religiões afro-brasileiras são rotuladas como “feitiçaria”.

Tabela 4. Migrantes haitianos captados em pesquisa de campo segundo religião

Religião	N	%
Evangélica	157	56,3
Católica	99	35,5
Vodu	1	,4
Nenhuma	5	1,8
Não sabe	2	,7
Não se aplica	1	,4
Não respondeu	14	5,0
Total	279	100,0

Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Do ponto de vista da origem, inicialmente, eles advinham da capital Porto Príncipe, cidade duramente afetada pelo terremoto de 2010, e outras que não sofreram danos, como Gonaives e Jacmel. Hoje é possível constatar localidades de diferentes partes do Haiti. Importa lembrar, contudo, que para a maioria o lugar de nascimento não coincide com o de partida antes de vir para o Brasil, isto porque a migração interna e a internacional, para países vizinhos, como é o caso de Santo Domingo e Cuba, é um fenômeno histórico que faz parte das estratégias de reprodução socioeconômica dos haitianos.⁸

Em Manaus eles estão em diferentes bairros da cidade, entre eles da Zona Centro-Sul, como Chapada, São Geraldo, São Jorge, São Raimundo e outros da Zona Norte, como Manoa, Zumbi, Mutirão, Cidade Nova e da Zona Leste, como o Nova República. Em geral são casas ou quartos alugados, onde vivem várias pessoas, como uma forma de dividir os custos do aluguel. Outros continuam em abrigos mantidos pela Pastoral do Migrante e ONGs, como é o caso do projeto AMA HAITI no

⁸ PERUSEK, Glenn. Haitian emigration in the early Twentieth Century. *Internacional Migration Review*, v. XVIII, n. 1, p. 4-18, 1984.

bairro Parque Dez. Nesses abrigos estão aqueles que ainda não conseguiram estabilidade na cidade, mediante a inserção no mercado de trabalho, a qual tem sido mais difícil, a partir de 2013.

Os setores do mercado de trabalho que mais absorviam trabalhadores haitianos em Manaus era o da construção civil, seguido pelos do comércio e de serviços. Hoje esta ordem se inverteu, pois o setor de serviços e comércio já emprega a maior parte deles. Não encontrando trabalho no mercado de trabalho formal, alguns são obrigados a aceitar atividades informais, como segurar placas de propagandas pelas ruas da cidade ou vender objetos e alimentos para os próprios haitianos. As dificuldades de encontrar trabalho se devem, em primeiro lugar, pelo refluxo do mercado de trabalho local e nacional, já que a vinda de empregadores de outros estados diminuiu em 2013 e cessou em 2014; e em segundo, pela falta de qualificação exigida pelo mercado, além do fator linguístico que dificulta a comunicação. Se, por um lado, não dominar o português dificulta a inserção em alguns setores do mercado de trabalho, por outro, falar outras línguas, como o francês, o inglês e o espanhol, pode abrir portas na hora de pleitear um emprego em outros segmentos laborais, como, por exemplo, hotelaria, ensino de idiomas etc.

Tabela 5. Migrantes haitianos captados em pesquisa de campo segundo o ramo de atividade no Brasil

Ramo de atividade	N	%
Indústria	24	8,6
Comércio	45	16,1
Prestação de serviços	57	20,4
Construção civil	49	17,6
Limpeza pública	3	1,1
Estudante	14	5,0
Desempregado	83	29,7
Não sabe/ Não respondeu	4	1,4
Total	279	100,0

Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Para aqueles que apresentam uma maior qualificação, o problema é encontrar trabalho na sua área de especialização, já que terão que revalidar os seus diplomas para exercer no Brasil a atividade laboral do país de origem. E isso é um processo demorado e custoso. Nesse caso, terão que aceitar trabalhos muito aquém de suas qualificações profissionais. Para os que não concluíram seus cursos, o desafio será ingressar numa universidade pública, já que na condição de imigrante terão que seguir as mesmas regras estipuladas para os brasileiros que queiram ingressar no ensino superior.

No caso das mulheres a inserção no mercado de trabalho tem sido mais difícil em razão de vários fatores, entre eles, o aprendizado da língua portuguesa, uma menor qualificação em relação aos homens e a rejeição de algumas modalidades de trabalho que lhes são oferecidas, como é o caso do serviço doméstico. Nesse caso, as razões de tal rejeição devem ser buscadas na história social tanto do Haiti quanto do Brasil, onde esse tipo de trabalho é pouco valorizado socialmente, em razão do lugar que o negro ocupou no contexto colonial de ambos os países. Há que se considerar também casos de haitianas que no Haiti tinham empregadas e que agora a situação pode se inverter. Contudo, no caso brasileiro, com a nova legislação que ampliou os direitos do trabalhador doméstico no país, esta realidade poderá mudar, conferindo à esta categoria um lugar social diferenciado, já que a demanda desse tipo de mão de obra vem crescendo mais que a oferta.

Vindos de uma economia informal, parte dos haitianos tem dificuldade em se adaptar à legislação trabalhista brasileira e não entendem o porque de tantos descontos no valor do salário que fora combinado previamente. Decepcionados, alguns abandonam os empregos, causando problemas às empresas, fator que tem contribuído para criar certa resistência à contratação de novos haitianos por parte de alguns empregadores da cidade.

Se, no âmbito do mercado de trabalho, alguns desafios devem ser superados a médio e longo prazo, no âmbito sociocultural a realidade também não é diferente. No bairro da Chapada, onde a pesquisa se concentrou, as relações dos haitianos com o contexto local ainda são restritas e, em alguns casos, marcadas pela desconfiança e intolerância, da parte de moradores locais que veem neles uma possível ameaça, seja por ocupar espaços que antes eram de uso exclusivo da comunidade, como é o caso da quadra de esportes da Igreja São Geraldo, seja porque os haitianos estariam recebendo um atendimento privilegiado da parte das autoridades religiosas e civis. Nessa igreja funciona um dos locais de atendimento da Pastoral do Migrante em Manaus e, desde 2010, tem sido a referência para a maioria dos haitianos que chegam na cidade em busca de abrigo, trabalho, orientação jurídica e religiosa, embora a maioria declare pertencer à alguma denominação evangélica.

Contudo, as opiniões se dividem sobre tal presença no bairro. Para alguns, prevalece a questão humanitária e, inclusive, apoiam as ações sociais que têm sido feitas em favor destes imigrantes. É o caso de José Carlos, engenheiro de 55 anos e morador do bairro há doze anos, o qual ajudou na acolhida dos haitianos, inclusive oferecendo dinheiro. Para ele, a relação é tranquila, pois na sua visão eles “são educados e vieram para ficar”. Já para Carlos, de 45 anos e morador do bairro há quinze anos, as autoridades deveriam atender primeiro as necessidades dos brasileiros, pois, segundo ele, “o governo dá aos haitianos a prioridade que nunca foi dada aos amazonenses”. A mesma visão é compartilhada por Marlene, de 62 anos e que tem uma filha desempregada. Para ela, o padre dá mais apoio aos estrangeiros do que aos moradores locais, inclusive, cedeu-lhes a quadra de esporte, local, antes utilizado pelas crianças da comunidade. Outros, dizem não se importar com a presença haitiana, mas acabam reproduzindo a visão corrente de que eles vieram para ocupar vagas no

mercado de trabalho, as quais deveriam ser reservadas em primeiro lugar aos amazonenses, ideia, aliás, recorrente em diferentes contextos migratórios, particularmente, em momentos de retração econômica.

Isto ficou explícito no depoimento de Michel, de 30 anos, natural de Gonaives e há dois anos na cidade. Ele trabalhou por seis meses numa agência de um banco estatal, como atendente no caixa. Segundo ele, enquanto trabalhava ouviu várias vezes comentários ofensivos sobre o seu desempenho, pois na visão de alguns correntistas do banco ele não estaria preparado para trabalhar naquela função. Uma cliente teria dito ao gerente que enquanto os amazonenses trabalham no Distrito Industrial em trabalhos sujos e pesados, ele, um haitiano, que acabou de chegar já estava trabalhando no banco, ou seja, ocupando o lugar de um “nativo”. Porém, o preconceito em relação aos haitianos não se limita ao universo do trabalho, mas se reproduz também no âmbito acadêmico, pois segundo Michel, colegas de estudo de uma universidade particular teriam dito que, “até na universidade já tem haitiano”, suspeitando que eles estejam recebendo alguma ajuda do governo para estudar. Na verdade, estas visões revelam resquícios de uma mentalidade retrógrada e racista que não vê outro lugar social para o negro a não ser na condição de força de trabalho mal paga e disponível para ocupar postos de trabalho pouco valorizados, como os mais pesados da construção civil e do serviço doméstico.

Para além dessas visões do senso comum e impregnadas de preconceito, há outras que veem nestes imigrantes uma possibilidade de intercâmbio, ao apontar as diferenças culturais como algo positivo. É o caso de Marilene, de 44 anos, oriunda de Santa Catarina e moradora do bairro há vinte e cinco anos. Segundo ela, os haitianos são “pessoas educadas e falam várias línguas”. Quando indagada se eles sofrem algum tipo de preconceito, pelo fato de serem negros, ela respondeu: “somos um povo mestiço, um a mais...”. Esta percepção pode estar revelando que a questão racial não seria uma barreira à inserção do grupo na cidade, já que eles seriam incorporados como “mestiços”, um artifício que tem sido usado para negar a presença do negro na Amazônia.

Talvez seja cedo para afirmar que uma das formas de inserção dos haitianos no contexto local seja via matrimônios interculturais, pois já é possível observar arranjos amorosos entre haitianos e brasileiras, já que a maioria deles se declara solteira, embora boa parte afirme ter tido algum tipo de relacionamento afetivo no Haiti. Na verdade, é comum em qualquer processo migratório que relações matrimoniais se redefinam, sendo que algumas são recompostas com a reunificação familiar, enquanto outras são rompidas definitivamente.

Para além das visões exóticas que costumam emergir no início de um fluxo migratório como este, onde o elemento “racial” aparece como um marco diacrítico da identidade do grupo, resta perguntar se no caso dos haitianos a questão “racial”

será de fato um elemento balizador da inserção deles na cidade. Num estudo realizado por Mello Rosa,⁹ em Santo Domingo, a autora mostra que naquele contexto há um processo de racialização das relações de trabalho, onde os haitianos realizam atividades considerados inferiores pelos dominicanos e, portanto, são reservados aos “nèg”, ou seja, aos negros. Se, em Santo Domingo eles “aceitam” tais empregos, talvez pelo fato de estarem temporariamente naquele país, no Brasil a realidade poderá ser distinta, até porque, ao que tudo indica, muitos vieram para ficar e estão em diferentes regiões do país, onde a questão racial é mais ou menos explícita. Em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a presença de afrodescendentes e de imigrantes oriundos de diferentes regiões da África é marcante, esta questão certamente é minimizada, já que a própria dinâmica da metrópole, marcada pela diversidade étnica e cultural, impõe a tolerância à diferença como condição para o convívio social. Já em pequenas cidades do Sul do Brasil, onde a presença de descendentes de imigrantes europeus é significativa, a realidade poderá ser outra, como aponta a recente pesquisa já mencionada anteriormente, a qual foi realizada em algumas cidades do Sul do Brasil, entre elas Curitiba (PR), Chapecó e Balneário Camboriú (SC).

Tabela 6. Migrantes haitianos captados em pesquisa de campo segundo a avaliação das relações com os brasileiros

Como avalia suas relações com os brasileiros?	N	%
Limitadas	43	15,41
Conflituosas	9	3,23
Enfrentou preconceito	26	9,32
Amistosas	139	49,82
Não tem relações	54	19,35
Outros	8	2,87
Total	279	100

Fonte: Observatório das migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Na Amazônia e, particularmente, em Manaus, onde a presença negra tem sido minimizada e, até mesmo, silenciada pelos pesquisadores, como aponta Sampaio,¹⁰ os arranjos poderão tomar outros contornos. Em primeiro lugar, os haitianos são facilmente identificados pelos traços fenotípicos, ou seja, pela cor da pele e, em

⁹ MELO ROSA, Renata de. Subjetividade e inversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na República Dominicana. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano XVIII, n. 34, Jan/jun, p. 99-112, 2010.

¹⁰ SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *O fim do silêncio*: presença negra na Amazônia. Belém: Ed. Açai-CNPq, 2011.

segundo, pelas diferenças culturais, tendo a língua como um elemento de diferenciação entre eles e os manauaras. Resta, pois, investigar com maior profundidade se a cultura prevalecerá sobre a questão racial, criando canais de diálogo com a sociedade brasileira, através da apropriação de espaços públicos na cidade. Se em outras cidades do Sul do Brasil, as situações de preconceito e discriminação são mais explícitas, como aponta a referida pesquisa, em Manaus elas também são perceptíveis pelos entrevistados, porém, em menor grau, talvez pelo acentuado grau de mestiçagem da população amazônica.

Se, do ponto de vista cultural as relações com o contexto local são ainda limitadas e, não raras vezes, marcadas pelo conflito, do ponto de vista social, os desafios são ainda maiores. A posse do protocolo de solicitação de refúgio, transformado em visto permanente pelo Conselho Nacional de Imigração CNIg, lhes concede o direito de tirar a carteira de trabalho e o cadastro de pessoa física na Receita Federal – CPF, cuja posse desses documentos lhes permite trabalhar no país de forma regular. Contudo, na percepção de alguns entrevistados, o visto “não garante um emprego”.¹¹ Como qualquer outro cidadão brasileiro, eles querem ter acesso a outros direitos sociais, como educação pública, saúde e programas sociais, como, o “Minha casa minha vida”, do governo federal, já que o aluguel consome grande parte dos seus salários, sobrando pouco para ser enviado aos familiares que ficaram no Haiti. Com o aumento do desemprego a situação fica ainda mais complicada. A saída tem sido a venda de comidas, sorvetes e água pelas ruas da cidade.

Vale notar, contudo, que eles não querem ser meros objetos de políticas assistencialistas, mas reivindicam a participação no debate de políticas públicas que os incorpore enquanto cidadãos, embora tal participação será sempre limitada enquanto não lhes for concedida a cidadania política, mediante o exercício do direito ao voto. Do contrário eles continuarão na condição de estrangeiros, tanto no Brasil quanto no país de origem, revelando a dupla pertença presente na condição do imigrante: Nem ser daqui nem ser de lá, vivendo na provisoriedade, que pode ser assumida como permanente, uma vez que o retorno é continuamente postergado¹². O contrário também é possível, ou seja, a construção de uma “cidadania transnacional” que implique o exercício de direitos e deveres nas diferentes sociedades envolvidas no processo migratório. E isto é uma realidade que começa a ganhar visibilidade através da força do associativismo entre os haitianos.

¹¹ SILVA, Sidney Antonio da. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para os haitianos. *REMHU*, ano XXIII, n. 44, jan/jun., p. 119-134, 2015.

¹² SAYAD, Abdelmalek. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, ano XIII, número especial, jan., 2000.

Sobre o autor:

Sidney Antonio da Silva

Doutor em Antropologia Social pela USP. É professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, onde coordena o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA, o qual integra a rede de pesquisa do Instituto Brasil Plural – IBP.

Artigo recebido em 20 de novembro de 2015.

Aprovado em 12 de dezembro de 2015.